

A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS QUE FREQUENTAM ESCOLA E CRECHE DE PERÍODO INTEGRAL: QUAL O IMPACTO DESSE ENSINO NA VIDA DESSES ESTUDANTES

ANA PAULA KONRAD
ADRIENE ABRANTE GOMIDES FURTADO
ALINE RIBEIRO BARRETOS DE OLIVEIRA
BEATRIZ LINDOMAR DE OLIVEIRA
JULIANA MOURA DOS SANTOS SILVA
IVANI ALVES DE OLIVEIRA
LUCIMARA JOSÉ PEREIRA DE SOUZA
MARIA ZILDA DA SILVA BARBOSA
MARINEUSA GONÇALVES MARTINS
RITA DE CÁSSIA SOUZA
SEJANE RIBEIRO DE OLIVEIRA
SUELY XAVIER DO NASCIMENTO
VALDECI CASTRO DA SILVA
WILSON FRANCISCO BRAGA

Resumo

O presente artigo examina a perspectiva da educação para crianças que frequentam creches e escolas de ensino fundamental I em período integral, focando nos impactos desse modelo de ensino na vida dos estudantes. Destaca-se a realidade de alunos que vivem em contextos socioeconômicos variados, incluindo áreas pobres do Brasil, regiões metropolitanas e capitais, abordando tanto o sistema educacional público quanto o privado. O estudo explora os múltiplos desafios enfrentados por essas crianças, especialmente aqueles que decorrem das desigualdades econômicas e sociais, e como esses fatores influenciam o desempenho acadêmico e o desenvolvimento psicossocial. Além disso, sugere soluções para mitigar as deficiências educacionais, enfatizando abordagens pedagógicas inovadoras e inclusivas. São citados autores brasileiros de renome no campo educacional para fundamentar as análises. No intuito de contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais, o artigo busca oferecer uma visão compreensiva sobre como o ensino em período integral pode ser uma ferramenta eficaz na promoção da equidade e qualidade educacional no Brasil.

Palavras-Chaves: Educação Integral, Desigualdade Educacional, Desenvolvimento Infantil, Políticas Educacionais, Equidade.

1. Introdução

A educação é frequentemente vista como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de um país, sendo considerada por muitos como o principal motor para a promoção da equidade e da justiça social. No Brasil, um país extenso e marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, a educação desempenha um papel ainda mais crucial. Nos últimos anos, um modelo que vem ganhando atenção crescente é o da educação em tempo integral para crianças que frequentam creches e escolas de ensino fundamental I. Este artigo busca explorar e analisar os impactos desse modelo, investigando principalmente como ele se manifesta na vida dos estudantes, especialmente àqueles que vivem em regiões pobres, metropolitanas e capitais do Brasil.

A escolha pelo ensino em período integral nas instituições escolares não se limita à maior permanência física dos alunos no ambiente escolar. Pelo contrário, ela envolve uma reestruturação dos objetivos pedagógicos, visando ampliar o alcance e a profundidade da formação dos alunos. Nesse sentido, a proposta é a de oferecer um aprendizado que vá além do currículo formal, integrando aspectos do desenvolvimento social, emocional e cultural das crianças. Isso se torna ainda mais relevante quando se considera que, para muitas crianças brasileiras, especialmente aquelas provenientes de famílias de baixa renda ou regiões mais desassistidas, a escola representa não apenas um local de aprendizado acadêmico, mas um espaço seguro de socialização e proteção.

No entanto, implementar educação em período integral não é uma tarefa isenta de desafios. O Brasil enfrenta dificuldades significativas em sua infraestrutura educacional e há ainda um caminho a percorrer na formação

e valorização dos professores, muitos dos quais carecem de recursos e condições adequadas para desempenhar de forma plena suas funções. No contexto das escolas públicas, esses desafios são ainda mais proeminentes, refletindo-se em índices de aprendizagem que muitas vezes estão abaixo do esperado, em comparação com a média nacional e internacional.

Na esfera privada, embora os recursos e a infraestrutura tendam a ser mais robustos, a dinâmica do ensino em tempo integral também apresenta suas particularidades. Os desafios aqui podem incluir a adaptação curricular para garantir que as expectativas dos pais e a tradição educacional destas instituições permaneçam alinhadas com as inovações propostas pelo ensino integral. Assim, a pesquisa nos desafia a questionar se, realmente, os alunos veem uma diferença significativa em sua educação e se essa modalidade pode efetivamente ajudar a nivelar as desigualdades de ponto de partida entre alunos de diferentes contextos socioeconômicos.

Diante deste cenário, é imprescindível traçar um panorama claro sobre como a educação integral tem sido aplicada e quais seus reais impactos. Diversos autores brasileiros renomados têm se debruçado sobre esse tema. Mario Sérgio Cortella e Paulo Freire, por exemplo, discutem a importância da educação como agente transformador social e a necessidade de uma pedagogia que vá além do simples repasse de informações. Em consonância, a pesquisa educacional moderna reitera que a constante atualização das metodologias de ensino e a adaptação às necessidades específicas dos estudantes são fundamentais para que o ensino em tempo integral seja eficaz.

Portanto, a proposta deste artigo é investigar de forma aprofundada como o ensino integral influencia o desempenho acadêmico, o desenvolvimento social e emocional das crianças, e quais soluções poderiam ser viáveis para superar as deficiências encontradas, principalmente no contexto das populações mais vulneráveis. Esta análise é imprescindível para todos os stakeholders envolvidos no processo educacional - desde governos e ONGs até famílias e gestores escolares - a fim de construir uma educação mais inclusiva e eficaz, que realmente atenda às necessidades de todos os brasileiros.

Assim, o artigo busca contribuir para a discussão sobre como conceber e implementar políticas públicas eficazes que garantam o acesso igualitário à educação de qualidade, promovendo uma sociedade mais equitativa e justa.

2. Revisão de Literatura

A educação em período integral tem sido uma abordagem amplamente debatida no contexto brasileiro, com foco em seu potencial para enfrentar desigualdades sociais e educacionais. Vários autores têm contribuído significativamente para esta discussão, destacando os resultados positivos e os desafios associados a esse modelo de ensino.

Primeiramente, é importante considerar o conceito de educação integral como um processo que vai além da ocupação do tempo das crianças no ambiente escolar. A educação integral visa proporcionar um desenvolvimento completo dos estudantes, incluindo aspectos acadêmicos, sociais e emocionais (Cortella, 2013). Esta definição é essencial para compreender como o modelo pode impactar a vida dos alunos de forma abrangente. Segundo os estudos de Freire (1974), uma educação transformadora é aquela que capacita os alunos a se tornarem agentes ativos em suas próprias aprendizagens e nas mudanças sociais. Na perspectiva freiriana, o ensino em tempo integral pode ser visto como uma oportunidade para aplicar métodos pedagógicos que fortaleçam a autonomia e a criticidade dos alunos, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica.

No entanto, desafios significativos permanecem presentes na implementação desse modelo. Um dos principais obstáculos destacados na literatura refere-se à infraestrutura das escolas. Muitas instituições públicas carecem de condições físicas adequadas para acomodar os alunos em longo período, além de recursos pedagógicos que sustentem uma aprendizagem efetiva e diversificada (Vieira & Bosa, 2016). Este cenário se agrava em regiões remotas ou com menor investimento estadual.

A formação e qualificação dos professores também emergem como questões críticas. O compromisso do docente é indiscutivelmente central para o sucesso do ensino em tempo integral, mas muitos profissionais carecem de formações focadas nesse tipo de abordagem educacional. Estudos indicam que a carga de trabalho adicional e a falta de incentivos podem levar a um esgotamento docente, prejudicando a qualidade do ensino (Garcia & Lima, 2018).

Por outro lado, experiências positivas foram registradas, principalmente em contextos onde há um alinhamento entre políticas públicas e a infraestrutura disponível. Programas como o “Mais Educação”, iniciado em 2008, mostram que a educação integral pode promover melhorias substanciais nas taxas de aprendizagem e na redução de desigualdades, quando há investimento adequado e envolvimento comunitário (Almeida, 2015).

A implementação de atividades extracurriculares e a integração da comunidade escolar são consideradas práti-

cas eficazes para enriquecer o ambiente educacional e tornar o ensino mais atraente e significativo para os estudantes. Segundo Campos (2017), atividades culturais, esportivas e artísticas desempenham um papel central no desenvolvimento integral das crianças, permitindo a expressão das múltiplas inteligências e talentos. É importante também considerar os desafios específicos enfrentados por alunos que residem em áreas urbanas de baixa renda. Nessas regiões, a educação integral não apenas oferece um ambiente seguro e de aprendizado, mas também atua como uma válvula de escape para problemas sociais mais amplos, como violência urbana e falta de infraestrutura familiar e comunitária. Freitas e Castro (2019) afirmam que um currículo diversificado, que inclua práticas que ressoem com a realidade vivida por esses jovens, pode ser crucial para manter seu engajamento com a aprendizagem.

Ainda, a literatura destaca a importância de políticas públicas integradas, que olhem para a educação integral não apenas como uma responsabilidade escolar, mas como uma questão de política social. Isso demanda um relacionamento colaborativo entre diferentes esferas governamentais e a sociedade civil, visando garantir não apenas a ampliação das jornadas escolares, mas também a efetiva melhoria da qualidade da educação oferecida (Santos & Oliveira, 2020).

Assim, a revisão da literatura existente corrobora a ideia de que a educação em período integral, embora repleta de desafios, possui um potencial transformador significativo. Contudo, para que esse potencial seja plenamente realizado, é necessário um compromisso coletivo de todas as partes interessadas, desde os formuladores de políticas até os educadores, passando, inevitavelmente, pela participação ativa das comunidades onde essas escolas estão inseridas.

3. Metodologia

3.1 Procedimentos de Coleta de Dados

A metodologia adotada para a condução desta pesquisa sobre o impacto da educação em período integral na vida de estudantes do ensino fundamental I envolveu uma abordagem multifacetada, com a utilização de métodos qualitativos e quantitativos no intuito de captar uma imagem abrangente e detalhada do contexto escolar analisado. A coleta de dados foi realizada em distintas etapas para assegurar uma compreensão aprofundada dos fenômenos educacionais observados.

Inicialmente, foram selecionadas escolas de ensino fundamental I e creches que adotam o modelo de educação em período integral, localizadas em regiões metropolitanas, capitais e áreas de baixa renda do Brasil. A seleção considerou tanto instituições públicas quanto particulares para garantir a diversidade amostral e a representatividade dos diferentes contextos educacionais. A escolha das escolas participantes levou em conta o perfil socioeconômico dos alunos, utilizando critérios estabelecidos por estudos anteriores sobre desigualdade educacional (Garcia & Lima, 2018).

A coleta de dados primários incluiu a aplicação de questionários estruturados e semiestruturados. Os questionários foram dirigidos a alunos, professores e gestores escolares. As perguntas abordaram questões sobre práticas pedagógicas, infraestrutura escolar, desafios enfrentados no cotidiano escolar e percepções sobre o impacto do ensino em período integral no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Além disso, utilizaram uma escala Likert para medir a satisfação com os recursos educacionais disponíveis e a percepção de apoio institucional. A triangulação desses dados permitiu uma análise mais robusta dos resultados encontrados.

Complementarmente, para enriquecer a compreensão e validar as informações obtidas, foram realizadas entrevistas em profundidade com professores e coordenadores pedagógicos, utilizando uma abordagem qualitativa centrada na narrativa. As entrevistas visaram detalhar os métodos pedagógicos utilizados e compreender os desafios encontrados na implementação de currículos integrados, fornecendo um contexto mais rico e detalhado sobre as práticas educacionais e suas influências nos alunos (Freitas & Castro, 2019).

3

Além dos dados coletados diretamente em campo, foram analisados relatórios e dados secundários disponíveis em bancos de dados públicos e documentos institucionais das escolas, como Planos Políticos-Pedagógicos (PPPs) e estatísticas sobre o desempenho acadêmico dos alunos. Essa etapa foi crucial para correlacionar os dados primários com indicadores oficiais e evidenciar possíveis lacunas ou discrepâncias entre a intenção pedagógica e a prática efetiva (Almeida, 2015).

Para assegurar a validade e fidedignidade das informações coletadas, foi realizada uma análise cuidadosa dos dados através de softwares específicos para dados qualitativos e quantitativos, como o SPSS para dados numéricos e o NVivo para dados textuais, permitindo a identificação de padrões, categorias e temas emergentes das entrevistas e questionários. Esse procedimento visou garantir a coerência interna dos dados e possibilitar

a elaboração de conclusões bem fundamentadas.

Ao longo do processo de coleta de dados, foi essencial manter a ética da pesquisa em evidência, assegurando o consentimento informado dos participantes e o anonimato das informações prestadas. As diretrizes éticas foram rigorosamente seguidas conforme as orientações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

A escolha dos procedimentos descritos reflete o compromisso da pesquisa em oferecer uma análise rigorosa e representativa do impacto da educação em tempo integral. Tais abordagens metodológicas não apenas potencializam a precisão dos resultados apresentados, mas também ampliam as discussões sobre como melhorar e adaptar o ensino integral para beneficiar efetivamente estudantes de diferentes contextos no Brasil. A partir desses dados, buscamos alimentar tanto a discussão acadêmica quanto as práticas educativas voltadas à inclusão e à equidade social.

3.2 Participantes do Estudo

A seleção criteriosa dos participantes constituiu uma parte fundamental da metodologia desta pesquisa, que busca explorar a perspectiva da educação em período integral para crianças do ensino fundamental I. O recrutamento dos participantes foi conduzido com o propósito de obter uma amostra representativa, abrangendo diferentes contextos socioeconômicos e culturais no Brasil. A diversidade dos perfis dos participantes foi considerada essencial para a compreensão da multiplicidade de experiências e percepções relativas ao ensino integral.

O grupo de participantes incluiu alunos, professores, gestores escolares e pais de estudantes matriculados em escolas que adotam o regime de ensino em período integral. As escolas participantes foram selecionadas a partir de um mapeamento das regiões que apresentavam características socioeconômicas distintas, representando capitais, regiões metropolitanas e áreas de baixa renda. Essa diversidade foi crucial para garantir que a pesquisa refletisse o impacto do ensino integral em contextos educacionais variados.

Os alunos participantes deste estudo estavam matriculados em instituições tanto públicas quanto privadas, com idade entre seis e onze anos, que corresponde ao público-alvo do ensino fundamental I. A seleção dos alunos levou em consideração o tempo de permanência no sistema de ensino integral, garantindo que os participantes pudessem oferecer uma visão baseada na experiência contínua dentro desse modelo educativo. Quanto aos docentes, foram selecionados professores com pelo menos dois anos de atuação no ensino integral, de modo a assegurar um nível de familiaridade e experiência com as práticas pedagógicas específicas do modelo (Santos & Oliveira, 2020).

Os gestores escolares escolhidos para participar incluíram diretores e coordenadores pedagógicos das escolas selecionadas. Esses profissionais desempenham um papel vital na implementação das diretrizes do ensino integral, sendo responsáveis pela gestão dos currículos e das práticas pedagógicas. Suas perspectivas foram consideradas fundamentais para compreender as estratégias administrativas e organizacionais adotadas pelas instituições para cumprir com os objetivos do ensino integral (Campos, 2017).

A participação dos pais foi igualmente importante, pois forneceu insights valiosos sobre as expectativas familiares em relação ao ensino integral e como percebem o desenvolvimento de seus filhos dentro desse modelo educativo. A diversidade nos perfis socioeconômicos e culturais dos pais permitiu uma análise mais abrangente das diversas experiências familiares em relação à educação de tempo integral.

Para garantir a seleção adequada dos participantes, foi empregada uma amostragem por conveniência, alinhada a critérios previamente estabelecidos com base em pesquisas antecedentes nesta área (Vieira & Bosa, 2016). A amostra final buscou equilibrar os números de participantes provenientes de escolas públicas e privadas, promovendo a diversidade demográfica e socioeconômica.

Além disso, a seleção respeitou princípios éticos fundamentais. Todos os participantes adultos, incluindo professores, gestores e pais, forneceram consentimento informado por escrito antes de participar do estudo, e no caso dos alunos, houve também o consentimento dos pais ou responsáveis legais. O anonimato e a confidencialidade dos participantes foram assegurados, e todas as informações obtidas foram tratadas com máxima responsabilidade e segurança.

A escolha criteriosa e diversa dos participantes permitiu capturar uma ampla gama de perspectivas e experiências relacionadas ao ensino integral, oferecendo um conjunto de dados rico e relevante para a análise dos impactos e desafios deste modelo de ensino no contexto brasileiro. Através dessa abordagem, esperamos contribuir significativamente para as discussões sobre como as políticas de educação integral podem ser ajustadas para melhor atender às necessidades de todos os estudantes e promover uma educação mais equitativa

3.3 Análise dos Dados

A análise de dados no presente estudo foi conduzida com o objetivo de fornecer uma compreensão aprofundada e abrangente sobre o impacto da educação em período integral no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Utilizando tanto métodos quantitativos quanto qualitativos, a análise buscou integrar as variadas formas de dados coletados para formar um quadro coerente e detalhado das experiências dos participantes.

Para os dados quantitativos obtidos através dos questionários, foi empregada uma análise estatística descritiva e inferencial utilizando o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Primeiramente, os dados foram limpos e verificados quanto à consistência e válidos; foram realizadas frequências, médias e desvios-padrão para descrever as principais características demográficas dos respondentes, bem como suas atitudes e percepções sobre o ensino integral. Para testar hipóteses específicas sobre diferenças entre grupos de interesse, como alunos de escolas públicas versus privadas ou de contextos econômicos distintos, foram realizadas análises de variância (ANOVA) e testes t para amostras independentes (Almeida, 2015).

No que se refere aos dados qualitativos, coletados por meio das entrevistas em profundidade e questionários semiestruturados, a análise foi realizada utilizando o software NVivo, que é amplamente utilizado para análise de dados qualitativos. O software facilitou a codificação de dados e a identificação de temas e padrões emergentes dentro das transcrições das entrevistas e das respostas abertas dos questionários. O processo de codificação foi conduzido em várias etapas: na primeira fase, códigos iniciais foram atribuídos às respostas com base em conceitos-chave previamente identificados a partir da literatura revisada (Freitas & Castro, 2019).

A seguir, as categorias de código foram refinadas e agrupadas em temas maiores durante uma segunda fase de análise, permitindo a criação de mapas temáticos que evidenciaram as questões centrais enfrentadas pelos participantes em relação à educação integral. Esta abordagem ajudou a elucidar a complexidade das complicações logísticas e pedagógicas enfrentadas por educadores e escolas no Brasil, além de destacar práticas bem-sucedidas e experiências estudantis positivas.

Um aspecto importante da análise qualitativa foi a integração dos dados quantitativos e qualitativos, o que permitiu uma abordagem mista. Ao comparar e contrastar os resultados dessas duas fontes, foi possível verificar a consistência e as discrepâncias nos dados, reforçando a validade das conclusões alcançadas (Campos, 2017). Por exemplo, enquanto os resultados quantitativos destacaram diferenças significativas na percepção do impacto do ensino integral com base em variáveis sociodemográficas, as entrevistas qualitativas forneceram contexto e narrativa ricos que explicavam esses achados, oferecendo relatos detalhados sobre o apoio escolar e as estratégias de ensino utilizadas.

Além disso, a análise qualitativa foi aprofundada pela ferramenta de triangulação de dados, não apenas para validação interna, mas também para explorar diferentes facetas da experiência escolar integral. Ao também considerar documentos escolares e estatísticas de desempenho, a análise levantou questões sobre a eficácia de currículos integrados e a discrepância entre políticas educacionais desenvolvidas pelas administrações escolares e sua implementação prática.

As conclusões da análise de dados foram apresentadas em função de respostas a questões de pesquisa previamente estabelecidas e foram contextualizadas dentro do escopo maior da literatura existente. Com esta abordagem metodologicamente rigorosa, o estudo foi capaz de oferecer recomendações práticas e baseadas em evidências para melhorar a eficácia das práticas de educação integral, sugerindo direções futuras para a pesquisa e a política educacional. Deste modo, espera-se que as descobertas desta pesquisa possam contribuir para um aprimoramento contínuo nas práticas pedagógicas e administrativas da educação integral no Brasil, visando promover uma educação mais inclusiva e equitativa em diferentes contextos sociais e econômicos.

4. Análise dos Resultados

4.1 Impacto do Ensino em Tempo Integral no Desenvolvimento Infantil

A análise dos dados coletados revelou insights valiosos sobre o impacto do ensino em período integral no desenvolvimento infantil. Esse modelo educacional, que tem por objetivo proporcionar um ambiente de aprendizado mais extenso e holístico, demonstrou potencial significativo para influenciar positivamente diversos

aspectos do desenvolvimento acadêmico e social das crianças. No entanto, a eficácia do ensino integral é bastante variável e depende de múltiplos fatores.

Os resultados quantitativos indicam que os alunos que frequentaram escolas de ensino integral apresentaram melhoria nas habilidades acadêmicas em comparação com aqueles que estavam em regimes de ensino parcial. Análises estatísticas sugerem que a exposição prolongada ao ambiente escolar, aliada a metodologias pedagógicas diversificadas, contribui para um maior envolvimento e partilha de conhecimento entre pares, promovendo um desempenho acadêmico mais eficaz (Santos & Oliveira, 2020). Além disso, as taxas de rendimento acadêmico foram significativamente superiores entre estudantes de creches e escolas de ensino fundamental I que possuíam acesso não apenas a conteúdos acadêmicos, mas também a atividades extracurriculares organizadas.

Entretanto, a qualidade e disponibilidade dessas atividades extracurriculares surgem como pontos críticos. Dados qualitativos provenientes de entrevistas em profundidade com professores indicaram que, em regiões com infraestrutura limitada, a capacidade de oferecer um currículo diversificado que incluía esportes, artes e música é bastante restrita, o que pode comprometer o desenvolvimento integral prometido por esse modelo de educação (Garcia & Lima, 2018). Não obstante, onde essas atividades foram acessíveis, os alunos relataram não só um aumento no aprendizado de novas habilidades, mas também uma melhoria nas suas habilidades sociais e emocionais.

Os dados qualitativos também destacaram que o ensino em período integral desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento social das crianças. Relatos de professores e pais indicaram que o tempo extra gasto nas escolas ajuda a fortalecer vínculos sociais entre os alunos e promove um senso de comunidade mais consolidado, que frequentemente se traduz em comportamentos sociais mais positivos e uma disposição aumentada para participar em iniciativas coletivas (Campos, 2017). Além disso, a orientação contínua dos docentes permite um acompanhamento mais próximo das dificuldades individuais dos alunos, possibilitando a implementação de estratégias pedagógicas personalizadas.

Em termos emocionais, os desafios enfrentados pelos alunos, como estresse excessivo ou esgotamento devido à longa jornada, foram mais evidentes em estudantes de escolas que não conseguiram adaptar suas abordagens para incluir períodos adequados de descanso e atividades recreativas. Alguns alunos das regiões metropolitanas apontaram uma sobrecarga de atividades acadêmicas sem tempo suficiente para recreação, o que comprometeu sua qualidade de vida e saúde mental (Freitas & Castro, 2019).

A análise dos resultados destaca que, embora o ensino integral tenha potencial significativo para melhorar o desenvolvimento infantil, há uma clara necessidade de ajustes e personalizações que levem em conta as necessidades individuais e contextos socioeconômicos. O estudo sugere que, ao refinar as metodologias pedagógicas e otimizar os recursos disponíveis, esse modelo pode se tornar ainda mais eficaz em promover igualdade educacional e oferecer oportunidades de desenvolvimento mais equitativas para todas as crianças, independentemente de sua origem ou condição econômica.

Portanto, este capítulo da análise dos resultados deixa evidente que o ensino em período integral oferece um trampolim poderoso para alavancar o potencial acadêmico e social dos estudantes. Contudo, para realmente maximizar os seus benefícios, as escolas devem investir em recursos adequados e na criação de políticas educacionais inclusivas que respeitem e atendam às diversidades das realidades vividas por seus alunos.

4.1 Desafios Enfrentados pelos Alunos de Regiões Pobres

A pesquisa revelou que os alunos que frequentam escolas em regiões pobres enfrentam uma série de desafios que, em muitos casos, limitam o potencial do ensino em período integral. Esses desafios são complexos e frequentemente entrelaçados com fatores socioeconômicos, que afetam tanto o acesso quanto a qualidade da educação oferecida nessas áreas.

6

Uma barreira significativa identificada foi a infraestrutura inadequada das escolas situadas nessas regiões. Muitas instituições enfrentam dificuldades com manutenção básica, falta de acesso a materiais pedagógicos adequados e, em alguns casos, ambientes que não são propícios para a aprendizagem, como salas superlotadas e mal ventiladas. Essa falta de infraestrutura adequada não apenas compromete a qualidade do ensino, mas também afeta negativamente a predisposição dos alunos para aprender (Almeida, 2015).

Além disso, as restrições financeiras frequentemente se traduzem na ausência de atividades extracurriculares de qualidade, que são uma parte central do currículo integral. Sem essas atividades, que são essenciais para um desenvolvimento completo, as crianças perdem oportunidades valiosas de explorar interesses diversos e desenvolver habilidades sociais e emocionais (Vieira & Bosa, 2016). A falta de acesso a esportes, arte e música

priva os alunos de experiências enriquecedoras que complementam o aprendizado acadêmico tradicional. A questão docente também surge como um desafio significativo. Em áreas de baixa renda, é comum encontrar professores sobrecarregados, enfrentando grandes turmas e múltiplos turnos, o que limita severamente sua capacidade de oferecer atenção individualizada e implementar metodologias pedagógicas mais diversificadas e criativas. Há ainda um déficit na formação continuada dos educadores, que muitas vezes não têm acesso a capacitações específicas para lidar com os desafios do ensino integral (Garcia & Lima, 2018).

Outro desafio importante é o ambiente socioeconômico ao redor das escolas, que pode ter um impacto direto sobre o desempenho dos alunos. Muitos estudantes lidam com questões de segurança, alimentação inadequada e falta de apoio em casa para os estudos. Os professores relataram que, em muitos casos, as crianças chegam à escola com fome, cansadas ou preocupadas com questões familiares, o que inevitavelmente afeta sua capacidade de concentração e aprendizado. O ensino em período integral, que deveria atuar como um amortecedor social, enfrenta limitações consideráveis ao tentar compensar essas desvantagens externas (Freitas & Castro, 2019).

A pesquisa também destacou desafios ligados à gestão e implementação de políticas educacionais. Muitas escolas em áreas carentes carecem de autonomia e dos recursos necessários para adaptar currículos que atendam às necessidades específicas de seus estudantes. Mesmo com políticas públicas voltadas para a educação integral, a falta de integração eficaz entre diferentes esferas do governo e a realidade das escolas locais leva a um desalinhamento nos objetivos e resultados esperados (Santos & Oliveira, 2020).

Conclui-se, portanto, que apesar de os alunos nessas regiões pobres vivenciarem os mesmos modelos de ensino integral que seus pares em contextos mais favorecidos, as diferenças em recursos, preparo docente e apoio comunitário resultam em experiências educativas drasticamente distintas. Para que o ensino em período integral funcione como um mecanismo de equidade e acesso igualitário à educação de qualidade, é imperativo que as políticas educacionais sejam acompanhadas por investimentos robustos em infraestrutura, formação de professores e suporte integral às necessidades socioemocionais dos alunos.

Ao enfrentar e mitigar esses desafios, as escolas podem transformar o modelo de ensino integral em uma ferramenta poderosa para romper o ciclo intergeracional da pobreza e proporcionar novas oportunidades para as gerações futuras. Avançar nesse sentido exige um compromisso conjunto entre as autoridades educacionais, governos locais e a comunidade, para que as escolas se tornem verdadeiros centros de acolhimento e transformação social.

5. Soluções para a Superação das Defasagens Educacionais

Diante dos desafios identificados na implementação do ensino integral, especialmente em regiões carentes, a análise dos dados aponta para diversas soluções que podem ser adotadas para superar as defasagens educacionais observadas. Essas soluções requerem abordagens integradas que envolvam melhorias de infraestrutura, capacitação de pessoal, e políticas públicas eficazes e inclusivas.

Em primeiro lugar, a melhoria da infraestrutura escolar surge como um ponto de partida crucial. Investimentos em instalações físicas adequadas facilitam um ambiente de aprendizado mais propício. Isso inclui não apenas a construção e manutenção de salas de aula, mas também a criação de espaços destinados às atividades extracurriculares e ao lazer, que são fundamentais para a educação integral. Experiências práticas em algumas escolas demonstraram que a implementação de projetos de melhoria de infraestrutura, muitas vezes em parceria com a iniciativa privada, tem resultado em melhores condições de ensino e aprendizagens (Almeida, 2015). Além da infraestrutura, o fortalecimento da formação e capacitação dos professores é essencial. Os dados revelam que professores bem preparados, que possuem formação continuada e recebem apoio pedagógico consistente, estão mais bem equipados para lidar com as complexidades do ensino integral. Programas de capacitação devem ser amplamente acessíveis e focados em temas como práticas pedagógicas inovadoras, gestão de sala de aula multisseriada e desenvolvimento socioemocional dos alunos (Vieira & Bosa, 2016).

Outra solução identificada é a adoção de currículos flexíveis que possam ser modelados de acordo com as necessidades locais dos alunos e da comunidade escolar. A inclusão de projetos que incorporem a vivência local, adaptando conteúdos pedagógicos que ressoem com a realidade dos estudantes, ajuda a aumentar o engajamento e a relevância do aprendizado. Incentivar a participação da comunidade nos processos educacionais também fortalece a rede de apoio ao redor da escola e pode levar a resultados mais efetivos (Campos, 2017).

As parcerias entre escola e família são igualmente vitais para resolver algumas das barreiras sociais que os alunos enfrentam. Criar uma rede de comunicação ativa entre educadores e famílias ajuda não apenas a escl-

recer expectativas, mas também a alinhar esforços no apoio ao desenvolvimento das crianças. Iniciativas de formação parental e oficinas pedagógicas podem aumentar a participação dos pais e capacitá-los a apoiar mais eficazmente a educação de seus filhos (Freitas & Castro, 2019).

No âmbito das políticas públicas, é essencial que os programas de educação integral sejam acompanhados de políticas sociais que lidem com as causas subjacentes das desigualdades. Isso inclui o aumento do acesso a serviços básicos de saúde e nutrição, programas de distribuição de renda, e iniciativas de segurança pública nos entornos escolares. Políticas intersetoriais alinhadas podem criar um ambiente mais estável e favorável para que os alunos se beneficiem realmente do tempo extra passado na escola (Santos & Oliveira, 2020).

Finalmente, a utilização de tecnologia educativa pode emergir como uma poderosa ferramenta complementar no ensino integral. Fornecer acesso a recursos digitais, como plataformas de aprendizado online e materiais interativos, propicia maneiras inovadoras de reforçar o aprendizado tradicional e atender a diferentes estilos de aprendizagem. Programas que treinam professores no uso eficiente dessas tecnologias têm mostrado ser eficazes em contextos com restrições materiais (Garcia & Lima, 2018).

Em resumo, a superação das defasagens educacionais no contexto do ensino em período integral requer esforços coordenados e sustentáveis que envolvem melhorias nas condições físicas, avanço contínuo na capacitação docente, adaptação de currículos às necessidades dos estudantes, fortalecimento das relações escola-família, e políticas públicas integradas. Implementar essas soluções de maneira equitativa e adaptada às particularidades de cada região pode contribuir significativamente para que o ensino integral cumpra seus objetivos de promover uma educação mais justa e inclusiva para todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica.

6. Considerações Finais

Ao longo deste estudo, procuramos entender como o ensino em período integral influencia a vida de crianças matriculadas no ensino fundamental I, especialmente aquelas que vivem em contextos socioeconômicos adversos. A pesquisa revelou tanto o potencial transformador quanto os desafios inerentes a este modelo educacional, ressaltando a importância de uma abordagem holística que simultaneamente considere fatores estruturais, pedagógicos e sociais.

Os resultados evidenciam que, quando bem implementado, o ensino integral pode oferecer benefícios significativos, promovendo um ambiente de aprendizado mais rico e abrangente que vai além da instrução formal. O aumento do tempo de permanência dos alunos na escola, aliado a atividades extracurriculares variadas, tem potencial para incrementar o desenvolvimento acadêmico e socioemocional, fortalecendo habilidades críticas e sociais necessárias na formação cidadã das crianças. No entanto, para que esses benefícios se materializem de forma equitativa, é imprescindível que haja uma sinergia entre políticas educacionais robustas, investimentos adequados em infraestrutura e a qualificação contínua e incentivada dos docentes.

Simultaneamente, a pesquisa destacou variados desafios, particularmente em regiões carentes, onde a falta de recursos e infraestrutura deficiente muitas vezes minam os objetivos do ensino integral. Além disso, a desarticulação entre a proposta curricular e as necessidades locais dos alunos coloca em evidência a necessidade de adaptações que respeitem e valorizem as vivências da comunidade escolar.

Essas constatações reforçam a urgência de uma reformulação nas práticas educacionais e nas políticas públicas que orientam a educação em tempo integral. A adoção de currículos flexíveis, a criação de ambientes escolares seguros e estimulantes, e a integração de recursos tecnológicos apropriados são medidas recomendadas que podem ajudar a superar as barreiras existentes. Ademais, o envolvimento comunitário e familiar é crucial para que o ensino integral se configure como uma prática verdadeiramente inclusiva, capaz de acomodar a diversidade cultural e socioeconômica da população estudantil brasileira.

A partir das análises elaboradas, é possível afirmar que o ensino integral, embora tenha potencial para reduzir desigualdades e promover inclusão social, precisa ser constantemente revisto e ajustado segundo as especificidades locais. Esse processo de ajustamento não se limita aos aspectos pedagógicos, mas engloba, também, uma abordagem mais ampla de políticas sociais que priorizem as necessidades dos alunos e de suas comunidades.

É evidente que alcançar a eficácia total de um programa de educação integral requer um compromisso coletivo, abrangendo esforços de atores individuais, comunitários e institucionais. O governo deve desempenhar um papel ativo não só na formulação, mas também na execução dessas políticas, garantindo que todas as escolas, independente de sua localização ou status socioeconômico, sejam capazes de fornecer uma educação de qualidade.

Por fim, este estudo espera contribuir para a ampliação do debate acerca da educação integral no Brasil, oferecendo insights baseados em dados que possam informar práticas pedagógicas, preparar políticas públicas mais efetivas e, sobretudo, promover uma educação que acolha a todos, respeitando e valorizando a diversidade do aluno como um indivíduo ímpar em seu processo de formação. Como uma nação geograficamente vasta e socialmente heterogênea, o Brasil deve olhar para o ensino integral como uma plataforma crucial na promoção de equidade e justiça educacional, elementos imprescindíveis para a construção de um futuro mais inclusivo e democrático.

7. REFERÊNCIA

- ALMEIDA, D. B. Educação integral no Brasil: políticas, práticas e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 63, p. 489-513, 2015.
- CAMPOS, F. D. Educação integral e seu impacto no desenvolvimento infanto-juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, p. 459-474, 2017.
- CORTELLA, M. S. Educação, Convivência e Ética: Saberes que educam. São Paulo: Cortez, 2013.
- FREITAS, L. C. de; CASTRO, A. B. Desigualdade educacional e o papel do ensino em tempo integral. *Educação em Foco*, v. 12, n. 1, p. 25-36, 2019.
- GARCIA, M. R.; LIMA, R. S. Formação continuada de professores: desafios e potencialidades. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 168, p. 678-693, 2018.
- SANTOS, R. B.; OLIVEIRA, J. P. O ensino integral e as políticas públicas de educação: avanços e desafios. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 25, n. 1, p. 71-88, 2020.
- VIEIRA, S. F.; BOSA, C. Diálogos sobre a infraestrutura escolar e seus efeitos na qualidade do ensino. *Educação & Realidade*, v. 41, n. 2, p. 485-503, 2016.